

ILUDIR É PRECISO

(Valor Econômico - 18/12/2003)

Fernando Pessoa, em verso antológico, definiu a saga portuguesa em 3 palavras "Navegar é preciso". Com efeito, à nação portuguesa, vocacionada para o mar, o mundo deve as grandes navegações dos séculos XV e XVI e a conformação de um país de dimensões continentais, como o Brasil, façanha não conseguida pela Espanha, na parte da América por ela conquistada.

O verso sinaliza o destino da gente portuguesa e a grandeza das glórias conquistadas.

Em relação à carga tributária, decididamente o governo adota a mesma tônica do poeta, mostrando, entretanto, que por aqui, nesse tema, a vocação maior é iludir

Prometeu, o governo, que não haveria aumento da carga tributária. Que a reforma não o promoveria. Que a sociedade não resistiria ao excessivo peso dos tributos e que, em nome de 27 governadores e 5.500 prefeitos, os instrumentos contidos no PEC 41, de rigor, não seriam utilizados para esta finalidade.

Ocorre que a PEC 41 empacou. Governadores e prefeitos, não se sentindo representados pelo governo federal, em face de sua afirmação de que não haveria aumento, pressionaram, à exaustão, o Congresso, conseguindo um texto, que, de rigor, os beneficiaria, mas que para saciar a voracidade com que objetivaram saquear o bolso do contribuinte, seria insuficiente.

E o projeto foi, assim, desfigurado, na Câmara dos Deputados, e piorado pela Emenda do Senador Romero Jucá, encurralado pelo cerco dos governadores.

De repente, o Presidente da República se deu conta de que a reforma sofreria consideráveis atrasos e possivelmente não sairia. Não teve dúvidas, apesar de suas promessas, resolveu, pela M.P. 135/03, elevar consideravelmente a carga tributária, principalmente para o setor mais moderno da economia, que é aquele da prestação de serviços.

Após negar peremptoriamente que haveria elevação da carga, à luz das projeções feitas por instituições privadas, foi obrigado a reconhecer que a União terá um ganho de aproximadamente 6 bilhões de reais, em decorrência do aumento impositivo, no ano de 2004, só não sendo maior porque não poderá cobrar a nova Cofins elevada no mês de janeiro. O segmento privado continua, todavia, a sustentar que o aumento será o dobro do informado pelo governo.

Por outro lado, apesar das sarcásticas, violentas e agudas críticas ao governo Fernando Henrique no concernente a não correção da tabela do imposto de renda para a pessoa física, o governo petista decidiu esquecer tudo o que disse, não corrigi-la e prorrogar a alíquota de 27,5%, que passa a ser cobrada de qualquer cidadão que ganhe em torno de 700 dólares por mês, a partir desta quantia!!!

Em nenhum país do mundo, quem ganha 700 dólares por mês, sem direito a quase nenhuma dedução, começa a arcar com imposto de 27,5% --mais de ¼ de seu rendimento! É de se lembrar que, em outros países, onde para tão parca receita, a alíquota varia de 0 a 15%, há, ainda, direito a inúmeras deduções, que no Brasil inexistem, o que torna praticamente inconstitucional tal nível de rendimento, por gerar o efeito confisco.

O que mais preocupa, todavia, é a afirmação do ilustre parlamentar do governo, de que a "classe média paga pouco imposto de renda no país", razão pela qual deveria --além da quase centena de tributos que recolhe, direta ou indiretamente (impostos, taxas, contribuições especiais e de melhoria e empréstimos) para as 3 esferas do Poder-- arcar com uma alíquota de 35%.

Ora, o relatório técnico da Receita Federal, desmente Sua Excelência. Conforme informações dadas à luz no dia 4/12, a Receita Federal recebeu 59,5% de seu imposto de renda de apenas 0,35 dos cidadãos.

Assim é que a "classe privilegiada", que recebe mais de 6.000 reais por mês (597.351 contribuintes), foi responsável pela arrecadação de 14 bilhões e meio de reais, de um total de 24 bilhões e 300 milhões!

O governo levou, em média, 19,01% da renda bruta desse grupo.

Em outras palavras, a afirmação de que a classe média e a classe média alta pagam pouco não resiste aos dados da própria Receita Federal, que arrecadou, de 3.154.618 contribuintes que ganham entre 1.000 e 1.500 reais, apenas 1 bilhão e 820 milhões de reais. Por fim, arrecadou da classe quase média, que ganha entre 2.500 e 6.000 reais mensais, ou seja, 1.814.431 contribuintes, 8 bilhões e 100 milhões de reais. É de se lembrar que 9.800.000 contribuintes ganharam menos que 1.050 reais e ficaram isentos.

Como se percebe, para iludir o povo de que a carga é justa, "mentir é preciso", única forma de continuar a mantê-la em 38% do PIB, que inviabiliza o crescimento do país, transferindo receitas do segmento produtivo da União para os desperdícios da administração pública e, principalmente, para o marketing político, que cria um Brasil na imprensa diferente do Brasil real. O Brasil real não tem aumento de 10% do PIB como a China; de 6 a 8% como o México; de 6 a 8% como a Índia; de 6 a 8% como a Rússia, neste ano, mas sim PIB zero. Tanto que deverá cair de 11º para 13º ou 14º lugar no "ranking" dos maiores países da economia mundial.

Enquanto o governo continuar privilegiando a arrecadação confiscatória contra o desenvolvimento nacional e transferindo riqueza do setor produtivo para os detentores do poder, não veremos jamais o espetáculo do crescimento, mas sim e apenas o crescimento do espetáculo a que estamos assistindo, em que a sociedade não é respeitada, mas assaltada pela violência da carga tributária, a mais elevada do mundo, se comparada, a estagnação do PIB, à insuficiência da prestação de serviços públicos e ao nível de sonegação ou inadimplência daqueles que não são capazes de cumprir as confiscatórias leis fiscais.

Enquanto isto, o marketing político diz que o Brasil vai bem à luz da "liquidez" internacional e nacional, alicerçada nas elevadas taxas de juros. O povo sabe, todavia, que o país real vai mal, com elevada taxa de desemprego e lamentável desestímulo à iniciativa privada. É por esta razão que, em matéria tributária, o lema, parafraseado de Fernando Pessoa, é "Iludir é preciso".